



Moacir Gadotti

**POR UMA POLÍTICA NACIONAL
DE EDUCAÇÃO POPULAR DE
JOVENS E ADULTOS**

POR UMA POLÍTICA NACIONAL
DE EDUCAÇÃO POPULAR DE
JOVENS E ADULTOS

© 2014 Editora Moderna Ltda.

Produção Editorial

Editora Moderna

Diretoria de Relações Institucionais

Luciano Monteiro

Lucia Jurema Figueirôa

Coordenação da Produção Editorial

Ana Luisa Astiz

Revisão

Lessandra Carvalho

Editoração Eletrônica

Laura Lotufo / Paula Astiz Design

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gadotti, Moacir

Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos / Moacir Gadotti. — 1. ed. — São Paulo : Moderna : Fundação Santillana, 2014.

1. Educação - Brasil 2. Educação - Finalidades e objetivos
3. Educação de adultos 4. Educação de jovens 5. Política e educação - Brasil I. Título.

14-00495

CDD-379.81

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Política educacional 379.81

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR DE JOVENS E ADULTOS

Moacir Gadotti

**Diretor do Instituto Paulo Freire
Professor Titular da Universidade de São Paulo**

Fundação **Santillana**



APRESENTAÇÃO

UMA DATA PARA LEMBRAR, UM SONHO A RETOMAR

O ano de 2014 é especial para todas as pessoas que, entre educadores e educandos, trabalham com a Educação de Jovens e Adultos. Depois de celebrarmos em 2013 os 50 anos da notável experiência realizada por Paulo Freire em Angicos; em 2014, de sul a norte do Brasil, estaremos nos reunindo para festejarmos os cinquenta anos do Programa Nacional de Alfabetização (PNA). O PNA representava um salto qualitativo em relação a todas as campanhas de alfabetização anteriores.

Essa data, que lembra a luta pelo fim do analfabetismo no Brasil, 50 anos depois não pode passar em branco em um país que convive até hoje, tantos anos depois, com uma taxa de analfabetismo muito alta. Este é o momento para retomarmos o sonho de Paulo Freire e darmos uma resposta definitiva a esse grande desafio. E essa será a melhor maneira para que possamos chegar a celebrar, em 2022, o bicentenário da independência como uma nação, uma sociedade e um povo finalmente livres do analfabetismo. Mas devemos lutar para que esse momento chegue bem antes de 2022!

O ano de 2014 precisa ser lembrado não só para que nunca mais regimes autoritários ameacem a nossa democracia, interditando os sonhos daqueles que queriam radicalizá-la, mas também para resgatar os projetos de ação educativa, cultural e socialmente política interrom-

pidos, atualizando seus sentidos e significados e materializando-os em ações concretas. Em afetivas e efetivas ações *libertadoras*, se quisermos relembrar uma das palavras caras a Paulo Freire.

É nesse contexto que Moacir Gadotti escreveu o presente livro, recordando a todas e todos nós a necessidade de darmos concretude ao sonho de Paulo Freire por meio de uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos.

A pergunta que Gadotti nos faz ao longo de todo o texto é esta: por que, apesar dos reconhecidos avanços no campo econômico e na Educação, ainda convivemos com taxas de analfabetismo tão altas em quase todo o nosso País?

E a sua resposta é tão simples quanto evidente: falta vontade política. Falta uma real e consistente vontade política não só no Estado, como também em nossa sociedade. Os analfabetos não dispõem de um sindicato que os represente. Eles não têm porta-voz. Eles necessitam do empenho, da solidariedade e do compromisso dos que foram alfabetizados e estão hoje situados dentro e fora de instituições de poder do Estado.

O Brasil precisa de uma nova política nacional de alfabetização de jovens e de adultos que tenha a Educação popular como referência. Declarar Paulo Freire patrono da Educação brasileira é só o começo. Bem sabemos que isso não é suficiente para que a causa que ele defendeu impregne corações e mentes dos brasileiros e para que saia desses corações e mentes para o campo de ações concretas e decisivas. Precisamos do *ethos* freiriano nas veias da Educação brasileira. Precisamos retomar o sonho de Paulo Freire.

O cenário é preocupante, adverte-nos Gadotti. A erradicação do analfabetismo está estagnada no Brasil. Convivemos com uma taxa de analfabetismo dez vezes maior do que a dos países da OCDE. Esse contexto tem reduzido nossa capacidade de desenvolvimento econômico. Como podemos crescer com tamanha taxa de analfabetismo?

Mas a questão não é apenas a de um crescimento econômico. Estamos diante de uma questão de direito. Uma urgente questão de direito à Educação que não deve terminar na chamada “idade certa”, mas que deveria estender-se até longos anos na vida de cada pessoa. Toda idade é certa para aprender. E, portanto, não basta investir só na infância. É preciso também educar os pais e os familiares. É sabido que o analfabetismo adulto tem uma influência negativa na Educação das crianças. Muitas famílias analfabetas desde há 50 anos continuam analfabetas ou semialfabetizadas até hoje.

Ao tornar-se um alfabetizado e, mais ainda, um leitor crítico, não apenas de palavras, mas de seu próprio mundo de vida e de destino – para lembrarmos uma vez mais Paulo Freire –, o adulto se reconhece um ser mais livre e autônomo e sente-se mais à vontade que os não alfabetizados quando leva e traz seus filhos da escola. Ele acompanha melhor o seu progresso. Encontra mais alternativas e possibilidades de orientar sua própria vida e a das pessoas que lhe são próximas. E, mais do que isso, torna-se bastante motivado a participar mais efetivamente na comunidade e na política.

Uma nova política de Educação de Jovens e Adultos teria como objetivo principal superar a perspectiva restrita de uma simples e apressada alfabetização de rudimentos do ler e escrever, encaminhando-se na direção da consolidação de uma política pública que de fato inclua a alfabetização no âmbito da Educação de Jovens e Adultos. É inaceitável que apenas 3% dos educandos adultos que se alfabetizam encontrem oportunidades de continuar os seus estudos no sistema regular de ensino.

Como sustenta Moacir Gadotti, uma nova política de EJA precisa assentar-se nos princípios da Educação popular. E eles são, entre outros: a gestão democrática, a organização popular, a participação cidadã, a conscientização, o diálogo, o respeito à diversidade, a cultura popular, o conhecimento crítico e uma perspectiva emancipatória da Educação.

O momento presente é favorável a tudo isso, dada a crescente institucionalidade da Educação popular. Mas é preciso e urgente retomar o diálogo com a sociedade civil. A quinta Conferência Internacional de Educação de Adultos da Unesco, realizada em Hamburgo, em 1997, ao reafirmar a “responsabilidade inegável do Estado diante da educação”, também convocou a sociedade civil como importante parceiro no campo da Educação de adultos. Paulo Freire insistia que, sem uma participação ativa, consciente e crítica da sociedade, não eliminaríamos o analfabetismo no Brasil.

Gadotti afirma, nas páginas a seguir, que trata-se de decidir se queremos fazer política para as pessoas ou somente para as coisas. Eliminar o analfabetismo é uma questão de honra para um País que se apresenta como uma das maiores economias do mundo, mas que em termos de Educação e, sobretudo, de alfabetização, ano após ano ocupa os derradeiros lugares.

Ouvimos repetidamente que o Brasil é rico, mas os brasileiros são pobres. Isso equivale a dizer que ainda vivemos em um País injusto. A melhor forma de caminhar para sermos um País não apenas economicamente rico, mas social e solidariamente justo, equitativo, inclusivo e habitado por pessoas livres, educadas e felizes, é começar pela oferta de uma Educação para todos e para todas e não só para uma parcela da população. “Todos” inclui também, e com os mesmos direitos, adultos e idosos.

Ângela Antunes

Diretora Pedagógica do Instituto Paulo Freire

Carlos Rodrigues Brandão

*Professor Colaborador da Universidade Estadual de Campinas
e da Universidade Federal de Uberlândia*

POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO POPULAR DE JOVENS E ADULTOS

Dia 6 de novembro de 2012, o ministro da Educação Aloizio Mercadante criou a Comissão “Paulo Freire, 50 anos de Angicos” para celebrar uma memorável experiência que deu origem ao Programa Nacional de Alfabetização (1964). A comissão estabeleceu como objetivo das celebrações “avançar nas políticas e ações de alfabetização, por meio do resgate do *ethos freiriano* da educação de adultos”. Entre as propostas e sugestões dessa comissão estão: a redefinição da política nacional de Educação de Jovens e Adultos, entendendo que a melhor homenagem que poderíamos prestar a Paulo Freire sintetiza-se num esforço nacional pela universalização da alfabetização no Brasil e a criação de um “Pacto Nacional pela Alfabetização de Jovens e Adultos”.

O propósito deste texto é oferecer algumas reflexões em torno do que poderia ser uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos, considerando que os movimentos e fóruns relativos a esse tema sempre se inspiraram, de uma forma ou de outra, no paradigma da Educação popular.

Angicos representa, sobretudo, um convite para enfrentarmos com mais urgência e responsabilidade a situação em que vivem milhões de pessoas, ainda analfabetas. As celebrações dos 50 anos de Angicos e do Programa Nacional de Alfabetização não podem ficar só no

âmbito das homenagens, seminários e publicações. Celebrar é manter viva a luta e anunciar conquistas. O contexto é propício ao anúncio de avanços significativos no campo da alfabetização de adultos. Uma homenagem, à altura dos 50 anos de Angicos, que podemos prestar a Paulo Freire, é eliminar o analfabetismo no Brasil.

O ministro Aloizio Mercadante, com o apoio direto da presidenta Dilma Rousseff, criou um Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – envolvendo estados, municípios e União –, um pacto pela infância, que inclui um conjunto de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, além de prever formação continuada dos professores alfabetizadores e também a construção de creches. Complementar a essa importante iniciativa, poderia ser o “Pacto Nacional pela Alfabetização de Jovens e Adultos”, o qual poderá mobilizar também União, estados e municípios, e, igualmente, a sociedade civil, os movimentos sociais, as ONGs, estabelecendo parcerias com as organizações não governamentais que têm programas de alfabetização de jovens e adultos, num esforço conjunto para pôr fim ao analfabetismo. Essa poderá ser uma marca fundamental de um “Brasil sem miséria”, pois é sabido que o analfabetismo é fator e produto da miséria de um povo.

Não se trata de repetir o Programa Nacional de Alfabetização da década de 1960, mas de reinventá-lo no século XXI, utilizando todos os avanços das redes sociais e das novas Tecnologias da Informação. Não é o caso de voltar às campanhas do passado, que não alcançaram os objetivos previstos por serem emergenciais e fragmentadas. Trata-se de promover uma ação política articulada entre os três entes federados e a sociedade civil, com novos arranjos e com compromissos claramente definidos. Como dizia Paulo Freire, o Estado sozinho não conseguirá superar o nosso atraso no campo da alfabetização de adultos, sem a participação da sociedade. Espera-se, com esse pacto, promover uma *ação alfabetizadora nacional* de jovens e adultos como

etapa inicial de um processo formativo continuado, fortalecendo a articulação com os programas já existentes – Brasil sem Miséria, Brasil Alfabetizado, MOVA-Brasil, entre outros – e constituindo equipes de mobilização para a superação do analfabetismo já, sem estabelecer um prazo como se fez no passado.

Um “Pacto Nacional pela Alfabetização de Jovens e Adultos” não eliminará programas como o Brasil Alfabetizado, hoje capilarizado pelo País. Ele deve ser parte integrante de uma nova política de EJA, com seu desenho flexível, capaz de atender à diversidade regional e de público em um país com as dimensões do Brasil. Mas precisaria rever sua política de pagamento de bolsas, de contratação de voluntários, de formação de alfabetizadores, por algo mais estruturante e profissional para a EJA.

Em 2009, a Comissão da Anistia do Ministério da Justiça anistiou Paulo Freire com um “pedido de desculpas oficiais pelos erros cometidos pelo Estado”. Em 2012, a presidenta Dilma Rousseff declarou Paulo Freire “patrono da Educação brasileira”. O Plano Nacional de Educação (PNE) prevê, em sua meta 9, “erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto”. Nessa direção, o “Pacto Nacional pela Alfabetização de Jovens e Adultos” constitui uma estratégia concreta para cumprir essa meta e não ficarmos novamente frustrados com objetivos e metas não cumpridos.

Nossa história recente já nos deu lições que não podemos esquecer: primeiro, a Constituição de 1988, que previa, em suas “Disposições Transitórias”, o fim do analfabetismo em dez anos, meta não alcançada. Em 2003, o MEC se propôs a “abolir” o analfabetismo em quatro anos, criando a Secretaria Nacional de Erradicação do Analfabetismo, hoje Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), e o programa Brasil Alfabetizado. Os 50 anos do Programa Nacional de Alfabetização de Paulo Freire oferecem uma nova oportunidade para os analfabetos brasileiros que

são hoje, aproximadamente, tantos quantos havia no País no dia em que Paulo Freire deixou o Brasil, em 1964, seguindo para o exílio. Os esforços, articulações e cuidados deverão ser proporcionais ao tamanho da ousadia. Mas a *causa* tem força mobilizadora e podemos, juntos, chegar lá!

O ano de 2014 é de intensa mobilização municipal e estadual pela Educação, iniciado com a II Conferência Nacional de Educação (Conae), que novamente se concentra no principal entrave da Educação nacional, que é a falta de um sistema nacional articulado, colaborativo e emancipador (Cury, 2010). Todas as circunstâncias hoje conspiram em favor de um pacto nacional pelo fim do analfabetismo no Brasil. Não podemos ficar indiferentes a essa nova oportunidade histórica!

1. UM CENÁRIO PREOCUPANTE

O governo e a sociedade brasileira já vêm trabalhando na construção da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, que identifica o número e o local onde se encontram os analfabetos. Hoje sabemos onde eles se encontram. Falta um esforço coletivo de mobilização, incluindo também a mídia, agregando forças, articulando programas diversos e dispersos, criando novos, formando alfabetizadores, repensando, em *regime de cooperação*, a corresponsabilidade em relação a esse desafio, que não é maior do que o tamanho do Brasil que queremos construir: sem entraves ao nosso desenvolvimento nacional, com justiça social e sustentabilidade.

Assim como está sendo feita a “busca ativa”, criando condições para que as políticas públicas cheguem aonde os cidadãos historica-

mente excluídos e vivendo em condições de extrema pobreza estão (e não mais ficar esperando que eles cheguem até o poder público!), devemos prosseguir na busca ativa fazendo chegar a alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos a todos os analfabetos brasileiros, nos seus lugares de vida. Onde está a pobreza extrema, está presente o analfabetismo. Um Brasil sem miséria não será construído chegando-se até ela sem considerar uma ação fundamental como essa.

O analfabetismo, erroneamente denominado no passado como uma “chaga”, uma “erva daninha” que precisava ser erradicada, como se fosse resultado da ação da natureza, que fazia “brotar analfabetos”, como bem nos alertou Paulo Freire em *Ação cultural para a liberdade*, esclarecendo que, “para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta” (Freire, 1976, p. 13) que, enquanto tal, para ser superado, carece de ações de justiça social, de igualdade de direitos. Sem acesso à cultura letrada, um indivíduo terá muito mais dificuldades hoje para exercer seus direitos de cidadania. Educar para um país sem miséria é educar sobretudo os que mais necessitam da Educação, aqueles e aquelas que tiveram seu direito à Educação duplamente negado: primeiro ao não poderem, quando crianças, frequentar a escola e, depois, quando adultos, ao lhes ser negado, mais uma vez, o acesso à Educação.

Os analfabetos têm urgência, assim como têm urgência todos os que vivem interditados dos seus direitos mais básicos. “Quem tem fome tem pressa”, dizia Herbert de Souza, o Betinho, já nos anos 1980. Não podemos nós, que viemos para construir o Brasil para todos e sem miséria, continuar a submeter os analfabetos à espera. Não nós, que sonhamos com justiça social! Vamos continuar impondo espera àqueles cujos direitos estão sistemática e historicamente negados? Mudar é necessário, urgente e, sobretudo, possível, dizia

Paulo Freire. Com isso não se quer afirmar que devemos fazer as coisas apressadamente, de qualquer jeito. Precisamos, sim, de Educação de Jovens e Adultos de qualidade. Por isso precisamos urgentemente de uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos (EJA); uma política de Estado, e não apenas programas transitórios e conjunturais de governo. É inconcebível querer alcançar o desenvolvimento educacional dos países da OCDE sem enfrentar o desafio do analfabetismo brasileiro. Naqueles países, o analfabetismo adulto é residual (em torno de 1%). Aqui o analfabetismo é estrutural (em torno de 10%). No Brasil, neste momento, o que precisamos é de uma política afirmativa em defesa da EJA – como foi feito com a política de cotas nas universidades – envolvendo a sociedade num grande pacto pela alfabetização de adultos. Ela deve se constituir numa “ação afirmativa”.

Hoje, 50 anos depois do lançamento do Programa Nacional de Alfabetização de Paulo Freire, não estamos em situação muito melhor. Cinco décadas se passaram e pesquisas nos mostram que o analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, continua estagnado, ora aumentando, ora diminuindo. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2012), o número de analfabetos aumentou de 12,9 milhões para 13,2 milhões de pessoas, em comparação a 2011. Na região Nordeste, *em apenas um ano (2011-2012), o contingente de pessoas não alfabetizadas aumentou de 6,8 milhões para 7,1 milhões.*

O Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e que não têm o Ensino Fundamental completo. O número de matrículas na modalidade EJA está em torno de 4.234.956 (Pnad/IBGE, 2009). Da população com 15 anos ou mais de idade, 13,9 milhões de pessoas são consideradas analfabetas (Censo Demográfico/IBGE, 2010). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresentou queda de 6%

(254.753), totalizando 3.980.203 matrículas em 2011. Desse total, 2.657.781 (67%) estão no Ensino Fundamental e 1.322.422 (33%) no Ensino Médio.

Os números são contundentes, ou seja, o atendimento da EJA é muito aquém do que poderia ser. Essa questão precisa ser melhor analisada, e os dados do Censo podem contribuir para o diagnóstico e a proposição de políticas de ampliação da oferta dessa modalidade de ensino e promover um esforço nacional pelo fim do analfabetismo no Brasil.

Por que o número de analfabetos é hoje aproximadamente o mesmo de quando Paulo Freire realizou essa notável experiência, há 50 anos? Por vários motivos, mas dois são particularmente visíveis: de um lado, porque a escola ainda não está dando conta (muitos saem da escola semianalfabetos) e, de outro, porque a escola não acolhe os alunos jovens e adultos egressos da fase de alfabetização, e eles acabam regredindo ao analfabetismo. A escola está no centro da questão do analfabetismo. Há uma continuidade trágica na história do analfabetismo no Brasil: muitas famílias que eram analfabetas há 50 anos continuam analfabetas hoje. Analfabetismo produz analfabetismo. Muitos descendentes de analfabetos de ontem tornaram-se os analfabetos de hoje.

2. POR QUE VALORIZAR E PRIORIZAR A EJA?

Há uma razão simples para argumentar em favor da prioridade à Educação de Jovens e Adultos: a Educação é um direito que não prescreve aos 14 anos. Não priorizar a Educação de Jovens e de Adultos é penalizar duplamente os analfabetos.

Não há sociedades que tenham resolvido seus problemas sociais e econômicos sem equacionar, devidamente, os problemas de Educação, e não há países que tenham encontrado soluções para seus problemas educacionais sem equacionar, devida e simultaneamente, a Educação de adultos e a alfabetização.

Tivemos, até bem pouco tempo, uma política governamental que desvalorizava a EJA, argumentando que:

- a) os analfabetos mesmos *não demandam alfabetização*;
- b) a alfabetização não influi no *rendimento* das pessoas nem na busca por um *emprego*;
- c) para os governos, o *investimento* é muito maior do que o retorno;
- d) é preciso “fechar a torneira”, ou seja, priorizar a Educação das crianças para que, no futuro, não haja mais analfabetos.

Esses argumentos são falaciosos. É fácil demonstrar que são muitos os benefícios de um programa de alfabetização de jovens e de adultos, inclusive para a proteção da infância. Segundo a Pastoral da Criança, em pesquisa realizada em 2002, a falta de alfabetização das mães é uma das principais causas de desnutrição infantil. Até o Banco Mundial – agência do sistema das Nações Unidas – mudou de opinião em relação à política da EJA. Uma pesquisa realizada pelo banco (Oxenham & Aoki, 2000) mostrou que os participantes em programas de alfabetização:

- a) têm maior *confiança* e *autonomia* no interior de suas famílias e comunidades;
- b) estão mais à vontade que os não alfabetizados quando levam e trazem seus *filhos da escola* e monitoram o seu progresso;
- c) alteraram suas *práticas de saúde* e de nutrição em benefício de suas famílias;

- d) *aumentam sua produção* e seus ganhos usando informações recebidas nos programas de alfabetização ou acessando outras informações;
- e) *participam mais efetivamente* na comunidade e na política;
- f) mostram melhor *compreensão das mensagens* disseminadas pelo rádio, TV e pela mídia impressa;
- g) desenvolvem *novas e produtivas relações sociais* por meio de seus grupos de aprendizagem;
- h) guardam suas habilidades de alfabetização e as usam para expandir sua *satisfação na vida diária*.

É preciso investir mais na Educação de Jovens e Adultos. É o que recomendou a Unesco na sua Conferência de Hamburgo (1997), a Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confinteia V), enfatizando a necessidade de reconhecer o papel indispensável do educador bem formado, garantir a diversidade de experiências, reafirmar a responsabilidade inegável do Estado diante da Educação, fortalecer a sociedade civil e a cidadania, integrar a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade da Educação Básica, reconceituar a Educação de Jovens e Adultos como um processo permanente de aprendizagem do adulto.

É uma humilhação para um adulto ter que estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou. É preciso respeitar o aluno adulto, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância da sua biografia, da sua história de vida. Os jovens e adultos alfabetizando já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à Educação negado. Não podem, ao retomar seu processo educacional, ser humilhados, mais uma vez, por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura.

3. O PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS NA EDUCAÇÃO POPULAR DE JOVENS E ADULTOS

O conhecimento é uma construção social e não mera “aquisição”, “assimilação” de algo preexistente ao sujeito que conhece. Não se trata de “transpor” o conhecimento de quem sabe para quem não sabe. Na Educação de adultos é preciso harmonizar e interconectar o formal e o não formal. Como dizia Paulo Freire, a conscientização precede a alfabetização, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Isso não significa restringir o conhecimento aos saberes da comunidade, mas reconhecer a legitimidade do saber popular, da cultura do povo, de suas crenças.

Valorizar o saber popular, entretanto, nada tem a ver com tentar “escolarizar” o conhecimento tradicional, descontextualizando-o e submetendo-o a critérios de rigor totalmente alheios ao chão onde foi produzido historicamente. Não era isso que queria Paulo Freire. O que ele queria era estabelecer pontes entre o saber primeiro e o saber sistematizado, científico, entre diferentes saberes e experiências, tendo por base critérios de relevância social e cultural.

Antes de conhecer, o sujeito se “interessa por”, “é curioso de”. Isso o leva a apropriar-se do que a humanidade já produziu historicamente. Mas isso tem que fazer sentido para ele. No processo de construção do conhecimento, passa-se da curiosidade ingênua à “curiosidade epistemológica” (Freire, 1997). Isso não se dá magicamente: é um processo árduo, tenso e contraditório. “Aprender é gostoso, mas exige esforço”, dizia Paulo Freire no primeiro documento que divulgou como secretário municipal de Educação de São Paulo, em janeiro de 1989. A teoria do conhecimento de Paulo Freire fundamenta-se em uma antropologia, numa concepção de ser humano inacabado, inconcluso, incompleto. O ser humano precisa conhecer para tornar-

-se sujeito de sua história. Somos sujeitos individuais e coletivos. Precisamos do outro para nos completar; precisamos dialogar.

Em *Pedagogia da autonomia* – onde ele mais desenvolve esse tema –, Paulo Freire fala de uma “rigorosidade metódica” no processo de construção do conhecimento que não pode ser dissociada de uma “rigorosidade ética”. A noção de rigor em Paulo Freire não é meramente formal e metodológica e não está separada da relevância social do conhecimento, como foi demonstrado por Álvaro Veira Pinto em seu livro *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica* (Vieira Pinto, 1969). “Ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria” (Freire, 1997, p. 67). Procura, porque não há aprendizagem sem pesquisa; boniteza, porque precisamos de um ambiente limpo, arejado, iluminado, acolhedor, estético, favorável à aprendizagem, precisamos de uma comunidade de aprendizagem; e *alegria*, que resulta do prazer em aprender. Paulo Freire propunha-se a mudar uma certa lógica da escola que sustenta que estudar é “chato”. Estudar, aprender, traz alegria e felicidade. Mas isso não acontece se o que aprendemos não tem sentido para nós. Construir conhecimento é também construir sentido para nossas vidas.

Paulo Freire deu importantes contribuições ao processo de produção de conhecimento, as quais deveriam ser levadas em conta numa nova política de Educação de Jovens e Adultos. Sem ter a pretensão de esgotar o tema, gostaria de apontar, entre tantas contribuições, os seguintes *princípios*: teorizar a prática para transformá-la; reconhecer a legitimidade do saber popular e da pesquisa participante; harmonizar e interconectar o formal e o não formal; combinar trabalho intelectual com trabalho manual, reflexão e ação, conscientização, diálogo e transformação.

Na perspectiva da Educação popular de Paulo Freire, o conhecimento tem um papel crítico e transformador. Uma política de Educa-

ção popular de jovens e de adultos, nessa perspectiva, precisa assegurar que a construção e a socialização do conhecimento promovam o diálogo entre o saber popular e o conhecimento científico.

As inspiradoras contribuições de Paulo Freire à Educação popular continuam muito atuais, constantemente reinventadas por novas práticas sociais, culturais e educativas; entre elas, a politicidade inerente ao ato educativo; a recusa ao pensamento fatalista neoliberal; uma pedagogia comprometida com a cidadania ativa e a ética como referencial central da busca pela radicalização da democracia.

Para Paulo Freire, mais importante do que saber como ensinar é saber como o aluno aprende. Paulo Freire construiu um método de conhecimento, e não um método de ensino. Por isso criou, desde seus primeiros escritos, o neologismo “Dodiscência” (Freire, 1997, p. 31), docência + discência, para designar a relação dialógica entre o ato de ensinar e de aprender – “não há docência sem discência” (*id., ibid.*, p. 23); “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (*id., ibid.*, p. 25) –, um não é objeto do outro.

Essa foi também a preocupação de um de seus grandes mestres: Álvaro Vieira Pinto. Em seu livro *Sete lições sobre educação de adultos*, ele dedica um capítulo inteiro à distinção entre Educação Infantil e Educação de Adultos, afirmando que “a alfabetização de adultos é um processo pedagógico qualitativamente distinto do infantil” (Vieira Pinto, 1994, p. 72). Diz ele que o “equivoco” dos pedagogos que tratam igualmente adulto e criança deve-se ao fato de eles não pensarem a Educação no seu “contexto concreto” e que “lhes falta a noção do caráter existencial da Educação” (*id., ibid.*, p. 72), permanecendo “no plano das generalidades e idealização” (*id., id.*, p. 71). E conclui: “a diferença de procedimento pedagógico se origina na própria diferença no acervo cultural que possuem a criança e o adulto” (*id., ibid.*, p. 73).

4. COMO MANTER MOTIVADOS OS EDUCANDOS DA EJA?

A heterogeneidade é uma marca da EJA. Ela atende os excluídos dos excluídos: indígenas, quilombolas, populações do campo, ciganos, pessoas portadoras de deficiências, pessoas em situação de privação de liberdade, catadores de materiais recicláveis, população em situação de rua... que, mesmo exigindo também tratamento didático-pedagógico e materiais didáticos que atendam a todos, sem distinção, pois todos estão sendo alfabetizados, necessitam, por outro lado, de atenção pedagógica e metodológica diferenciada e específica. Isso porque, também segundo Freire, é o contexto que deve ser levado em consideração antes de qualquer planejamento educacional.

Há muitos anos, a *andragogia*, de que nos falava Pierre Furter (1972), tem nos ensinado que a realidade do adulto é diferente da realidade da criança, mas ainda incorporamos pouco esse princípio em nossas metodologias. Há um grave *equivoco metodológico* em muitos programas de EJA, e que afugenta muitos jovens e adultos expulsos da escola que, mesmo assim, continuam interessados em se alfabetizar: infelizmente a EJA apresenta, ainda, um currículo que não interessa ao analfabeto adulto. Paulo Freire, há 50 anos, já alertava para esse equivoco dizendo que era humilhante para o analfabeto ter o mesmo currículo, os mesmos conteúdos e a mesma metodologia que era utilizada na educação de crianças. E hoje isso é ainda muito mais grave: com o desenvolvimento das novas linguagens e novas tecnologias (celular, computador, TV, vídeos, a internet, as diversas mídias e redes sociais...), há uma nova cultura popular de uso intensivo da comunicação. Os alunos sentem-se desconfortáveis com um currículo centrado no domínio da cultura letrada, não levando em consideração o quanto as novas Tecnologias da Comunicação são necessárias não só na vida diária (pagar uma conta, usar um caixa eletrônico...), mas também no trabalho e no exercício da cidadania.

A aprendizagem é um processo que se dá “ao longo da vida”, como sustenta a Unesco. Ele não sofre interrupções, mas não se dá de forma semelhante em todos os seres humanos. Cada um tem um tempo e um ritmo próprios. Procedimentos rígidos e homogêneos, que visam uniformizar a aprendizagem, prejudicam o desempenho do aprendiz. Isso vale tanto para a criança quanto para o adulto. Mas há muitas diferenças a considerar. Vejamos, por exemplo, o conceito de “evasão”.

A evasão do aluno trabalhador e da aluna trabalhadora pouco tem a ver com a evasão de alunos que frequentam escolas, com a mesma faixa etária, com o mesmo nível de aprendizagem e preocupações. A evasão na EJA tem características próprias, que devem ser respeitadas pelos educadores e pela sociedade. Chamar esse aluno adulto de “evadido” sem entender suas causas é o mesmo que criminalizá-lo e culpá-lo por não ter tido acesso à Educação na chamada “idade própria”. Essa noção de evasão não leva em conta o contexto do aluno trabalhador: sua situação econômica, local de trabalho, transporte, segurança, saúde, horários impróprios, incompatíveis com suas responsabilidades, falta de material didático. Os jovens e adultos continuam sendo vistos sob a ótica das carências “escolares”, como se precisassem de uma “segunda chance” para frequentar a escola. Solução: voltar para a escola e recuperar o “tempo perdido”!

É uma lógica perversa que ignora a identidade desses alunos trabalhadores. O que eles sabem não é considerado: eles trazem consigo uma história, as marcas da socialização e da formação que tiveram. Só precisam ser considerados como sujeitos de direitos. Muitos alunos de EJA não acham significativo para suas vidas o que estão aprendendo e abandonam o curso. Os cursos de EJA não atendem às suas expectativas. Frustrados e inseguros eles abandonam o curso.

A frequência do aluno trabalhador, jovem e adulto, é um grande desafio que se coloca para as políticas públicas de EJA. Como enfren-

tar o cansaço depois de um dia inteiro de trabalho? A resposta, na prática, é decepcionante: inadequação das salas de aula para adultos, falta de iluminação, ausência de um lanche, despreparo do corpo docente para trabalhar com pessoas adultas. A “infrequência” ou “frequência flutuante”, como alguns dizem, desses alunos, não pode confundir-se com o conceito de “evasão escolar”.

A *ausência* do aluno trabalhador dá-se, muitas vezes, pela necessidade de trabalhar. Desde a década de 1930, na França, foi criada a chamada Pedagogia da Alternância, justamente para atender a essa necessidade dos educandos jovens e adultos que vivem no meio rural, flexibilizando sua frequência às aulas para não prejudicarem nem os estudos nem sua necessidade de trabalhar. Trata-se de uma metodologia que organiza os tempos e espaços educativos de acordo com as necessidades dos educandos, evitando assim a “evasão”.

Nas zonas rurais – onde se encontra o maior número de analfabetos –, as longas distâncias dificultam a frequência dos alunos, além da exaustão após uma dura jornada de trabalho na lavoura. Uma nova política pública de EJA precisa ter mais clareza das *condições de vida* desses jovens, adultos e idosos que frequentam nossos cursos. Há variadas e diversas situações vividas que fazem com que eles interrompam os estudos, inviabilizando cursos e programas para essa modalidade da Educação Básica. Uma estratégia é ressignificar o conceito de evasão em EJA, buscando incidir sobre suas causas e criando uma dinâmica metodológica que atinja o interesse dos educandos. É preciso trabalhar a autoestima do aluno que acha que “não consegue aprender mais” e investir fortemente na motivação.

Na EJA, especialmente, recomenda-se uma prática eco-político-pedagógica fundamentada na perspectiva freiriana. Nesse sentido, antes de se definirem os conteúdos escolares, busca-se, na cultura primeira das pessoas, em “círculos de cultura intertransculturais” (Padilha, 2012), e nas relações humanas que elas estabelecem entre

si e com o meio ambiente em que vivem, conhecer os seus saberes prévios, as suas experiências, os seus anseios, os direitos que ainda não alcançaram e precisam alcançar, dando real sentido e significado às aprendizagens propostas nas formações da EJA, numa perspectiva emancipadora.

Para o aluno trabalhador, a decisão de retomar os estudos, ou de iniciá-los, exige um replanejamento de sua vida, de seus horários. Trata-se de uma decisão que produz muitas mudanças no seu cotidiano: na rotina de trabalho, nos horários de deslocamento, nas relações familiares (como as muitas alfabetizadas que precisam deixar os filhos com alguém, precisam negociar a ausência em casa, no período noturno, com os respectivos companheiros etc.). Para ele não desistir, as condições para o ensino e a aprendizagem precisam ser garantidas, oferecendo um ambiente estimulador, atividades desafiadoras conectadas aos contextos socioculturais dos educandos, garantindo espaço para a reflexão crítica, a autonomia, a criatividade.

5. POR UMA NOVA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Desde 2009, quando da realização da Confinteia VI, busca-se consolidar uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos capaz de garantir os princípios defendidos pelas Confinteas e pelo coletivo de EJA, nos diferentes fóruns e demais espaços em que atua. A Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), criada em 2003 para assessorar o ministro da Educação no que tange à formulação de políticas para alfabetização e EJA, vem trabalhando nessa nova política.

Em março de 2012, o MEC-Secadi solicitou aos membros da CNAEJA a formação de um Grupo de Trabalho para analisar o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e propor mudanças, a fim de garantir maior efetividade. O GT identificou a necessidade de discutir de maneira integrada o Programa Brasil Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos. Esse GT avaliou a necessidade de integrar efetivamente a alfabetização à EJA, para não comprometer a continuidade nos estudos, permitindo um conjunto de ações. Como resultado desse trabalho, foram apresentadas indicações gerais para a construção de uma política nacional de alfabetização na EJA articulada aos programas já existente; em especial, o Programa Brasil Sem Miséria.

Essa política teria como objetivo principal superar a perspectiva restrita de alfabetização, caminhando na direção da consolidação de uma política pública que inclua a alfabetização no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, promovendo a continuidade entre uma e outra e integrando a EJA à qualificação profissional.

Foram apontadas proposições para orientar a construção de uma política nacional de Educação de Jovens e Adultos que inclua a alfabetização. Dentre elas, destacamos:

- 1) Inserção da alfabetização como primeira etapa da Educação de Jovens e Adultos nas redes públicas de ensino, fortalecendo a continuidade dos estudos com a finalidade de conclusão da Educação Básica.
- 2) Mapeamento e diagnóstico do município no âmbito da construção de um plano municipal de alfabetização na EJA.
- 3) Atender adultos de 30 até 64 anos, população carcerária, indígenas, jovens não alfabetizados, pessoas com deficiência, população do campo, população negra e quilombolas, sem desconsiderar a perspectiva universal da oferta.
- 4) Destinação prioritária, mas não exclusiva, aos municípios que

- tenham taxas de analfabetismo superiores a 5% (4.938 municípios, conforme o Censo 2010) ou mais de 100 mil pessoas não alfabetizadas em termos absolutos.
- 5) Valorização do alfabetizador por meio de formação inicial e continuada ofertada com apoio do governo federal e de remuneração nunca inferior ao piso salarial nacional.
 - 6) Vinculação direta entre a alfabetização e EJA com os programas governamentais de saúde, assistência e distribuição de renda, entre outros.
 - 7) Promoção de parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas entre programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho, nas diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil.

Uma nova política de EJA precisa assentar-se nos *princípios* da Educação popular que são, entre outros: a gestão democrática, a organização popular, a participação cidadã, a conscientização, o diálogo/ conflito, o respeito à diversidade, a cultura popular, o conhecimento crítico e uma perspectiva emancipatória da Educação.

O termo “popular” pode ser entendido como tudo aquilo que atende às necessidades populares, às demandas dos excluídos. Tem a ver com o quantitativo – que atende a todos – e com o qualitativo, uma certa concepção de Educação. Entendemos o “popular” da Educação na perspectiva da emancipação, da transformação. Seria, então, tudo o que se realiza na perspectiva da transformação, da libertação, da conscientização. É o sentido mais utilizado pelos militantes dos movimentos sociais. Com base nessa visão de mundo em transformação, eles propõem lutas e metodologias que visam mudar a situação de miséria vivida pelo povo.

Para Paulo Freire, a Educação popular é um projeto político de construção do poder popular. Para ele “a educação popular se delinea

como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vistas à criação de um poder popular” (Freire, Paulo. In: Torres, 1987, p. 74). “Eu diria que o que marca, o que define a educação popular não é a idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa” (*id., ibid.*, p. 86-87).

Os meios de comunicação das elites criticaram muito a gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação do Município de São Paulo, mas ela repercute até hoje em muitas municipalidades. Hoje ele inspira o grande movimento por uma política nacional de Educação popular, em geral, e uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos, em particular. A EJA já trabalha, em grande parte de seus programas, com o paradigma da Educação popular; portanto, daria institucionalidade ao que já existe na prática.

No campo da *institucionalidade* da Educação popular já demos passos importantes com a criação da Rede de Educação Cidadã (Recid) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2003; a aprovação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2007; a criação do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), da Secretaria-Geral da Presidência da República, em 2011; e, finalmente, em 2012, com as diretrizes político-metodológicas da Educação em economia solidária e a aprovação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde. A Secretaria-Geral da Presidência da República está, atualmente, coordenando um processo de diálogo com a sociedade civil em torno da construção de um marco regulatório de uma política nacional de Educação popular. Por sua vez, o estabelecimento de uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos seria mais um passo desse processo, em andamento, de fortalecimento institucional da Educação popular.

A partir desse contexto favorável, uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos precisaria: a) indicar seus princípios e referenciais metodológicos, portanto seus *pressupostos*; b) estabelecer o que deseja alcançar, portanto seus *objetivos*; c) estabelecer prazos, metas, legislação, parcerias etc., portanto os *meios para a sua efetivação*; d) apontar os recursos disponíveis, materiais e financeiros, portanto o seu *financiamento*; e) indicar como irá acompanhar a sua efetivação, portanto o seu *monitoramento*; f) estabelecer o papel do *poder público* (federal, estadual e municipal) e o papel da *sociedade civil*.

Como já afirmava Carlos Rodrigues Brandão no início da década de 1980, precisamos pensar estrategicamente, levando em conta que “há tarefas de luta de longo alcance por uma educação do povo. Há momentos de lutar pela educação sem ter o poder que oficialmente a controla. Há momentos conjugados de lutas pelo poder político, usando também a educação. Há momentos de lutar, tendo o poder, por uma outra educação” (Brandão, 1988, p. 21). Nas últimas décadas, experimenta-se o retorno da Educação popular ao Estado, por conta dos regimes democráticos, mas ela, “estrategicamente”, ficou também com um pé fora do Estado: “o problema que se põe àqueles que, mesmo em diferentes níveis, se comprometem com o processo de libertação, enquanto educadores, dentro do sistema escolar ou fora dele, de qualquer maneira dentro da sociedade (estrategicamente fora do sistema; mas taticamente dentro dele), é saber o que fazer, como, quando, com que, para que, contra que e em favor de que” (Freire, 1978, p. 69).

6. A EDUCAÇÃO POPULAR DE JOVENS E ADULTOS COMO POLÍTICA PÚBLICA

Pode-se dizer que Paulo Freire foi o educador brasileiro que mais abriu as portas para a “Educação Popular como política pública” (Pontual, 2004; 2011) por meio de sua atuação como secretário municipal de Educação de São Paulo e, particularmente, com a criação do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos da Cidade de São Paulo (MOVA-SP). Ele mostrou que a Educação popular é um processo que se constrói ao mesmo tempo *dentro e fora do Estado* (Heck e Pontual, 2012). O Estado, como a sociedade, não é um ente monolítico. Ele está em constante processo de transformação. Por isso, Paulo Freire defendia a tese de que a Educação popular pode e deve inspirar as políticas públicas de Educação. Ele queria que se falasse de Educação popular na escola pública e que a própria concepção popular de Educação se tornasse a concepção hegemônica da Educação. Ele não entendia a Educação popular apenas como Educação não formal, por mais que valorizasse a informalidade. Ele queria não só democratizar a Educação, mas garantir que ela pudesse “ser popular”, isto é, incorporar em suas práticas os princípios emancipatórios da Educação popular como parte de um projeto de sociedade.

Dois *intuições originais* marcaram a biografia de Paulo Freire: a primeira, ainda na década de 1950, criando um método específico para a Educação de adultos e, a segunda, em 1989, criando o MOVA-SP, em articulação com os movimentos sociais e populares.

O programa MOVA-SP foi lançado no dia 29 de outubro de 1989, na Câmara Municipal de São Paulo, contando com a participação massiva de movimentos sociais e populares da capital paulista que colocaram, então, a experiência deles a serviço do governo municipal, sem com ele se confundir. Com o propósito de assegurar uma relação

de *parceria* bem sucedida entre a prefeitura e os movimentos sociais e populares, criou-se o Fórum dos Movimentos Populares de Educação de Adultos da Cidade de São Paulo, que compartilhava a gestão do projeto com a Secretaria de Educação, de acordo com os princípios da gestão democrática defendida por ele. Ele insistia na importância da participação das associações de bairro e organizações da sociedade civil, dos movimentos sindicais, sociais e populares, assim como insistia na participação das universidades, com as quais também estabeleceu um termo de parceria. Para ele, a ação participativa dos movimentos sociais na gestão do MOVA era essencial.

Na metodologia MOVA, a articulação e a mobilização social são tão importantes quanto a alfabetização. Como dizia Paulo Freire, a conscientização precede a alfabetização, a leitura do mundo precede a leitura da palavra. Por isso ele usava, desde Angicos, dois indicadores em sua avaliação: “alfabetização” e “politização”, este último, muitas vezes, substituído por “conscientização”.

A parceria é um grande diferencial da *Metodologia MOVA*, particularmente as parcerias que se dão nos locais e as novas redes que surgem a partir delas. Os sindicatos acabam construindo uma agenda política voltada para fora, para a sociedade, e não somente para dentro, na defesa dos direitos da categoria. A *participação* é um direito de cidadania. Na perspectiva da Educação popular, ela deve impregnar a formulação e a implementação das políticas públicas e deve ser efetivada por meio de mecanismos de democracia direta, fortalecendo o poder popular.

Na construção de uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos – a exemplo do que foi feito com a criação da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (2012) –, o que se quer é que o Estado reconheça, valorize, promova e implante a Educação popular de jovens e adultos. Trata-se, portanto, de uma política de Estado que institucionalize e potencialize a Educação popular de jovens e adultos.

Como afirmou Selvino Heck, assessor especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, falando sobre a Educação popular em geral como política pública, o objetivo dessa política “é o de articular, fomentar, divulgar, produzir conhecimento e trocas de experiência entre práticas de educação popular desenvolvidas no âmbito das políticas públicas dos governos e da sociedade civil organizada, consolidando, a partir do respeito à autonomia, a educação popular como política pública, intersetorial e transversal ao conjunto das iniciativas, para avançar na participação cidadã, na democratização do Estado, de forma articulada com a estratégia de superação da miséria e com um modelo de desenvolvimento com justiça social para o Brasil” (Heck, 2013).

A Educação popular de hoje tem a cara dos movimentos sociais (Gohn, 2009). Eles se fortaleceram como portadores da esperança, com suas múltiplas subjetividades políticas, lutando por moradia, pelo direito à terra, por transporte, segurança, pelos direitos humanos, pelo meio ambiente, saúde, emprego, diversidade étnica, racial, de gênero, sexual etc., dando novo rosto à Educação popular. A Educação popular tem, ainda, a seu favor, hoje, o surgimento das novas forças de poder local democrático. É estratégico contar com essas duas forças somando iniciativas da sociedade e do Estado.

A Educação popular como modelo teórico reconceituado pode oferecer grandes alternativas para a Educação formal também nos anos que estão por vir, com governos mais democráticos. Não podemos perder essa oportunidade de tornar a Educação popular uma política pública, oportunidade de construir um poder mais popular e de fortalecer um processo verdadeiramente revolucionário de emancipação. Daí a necessidade hoje de inserir a política nacional de Educação popular na agenda dos movimentos sindicais, sociais e populares.

Pode o Estado assumir os princípios da Educação popular? A gestão de Paulo Freire, no município de São Paulo, durante o governo da prefeita Luiza Erundina, respondeu positivamente a essa pergunta

estabelecendo a “Escola Pública Popular” (Freire, 1991) como meta de sua gestão. É verdade, Paulo Freire não impôs a Educação popular por decreto. Havia todo um trabalho educativo de convencimento. A favor de uma política pública de Educação popular, temos hoje a declaração de Paulo Freire como patrono da Educação brasileira: o governo brasileiro assume, com isso, uma atitude de concordância com a concepção popular de Educação. Com essa declaração, ele está indicando a validade do seu pensamento pedagógico, portanto de sua concepção, de sua teoria e método.

Por outro lado, podemos argumentar que não sendo o Estado neutro, ele sempre assume alguma concepção de Educação que permeia toda a sua política educacional. Portanto, há uma concepção de Educação implementada pelo Estado. Paulo Freire sustentava que toda Educação é política, e o Estado sempre assume, por meio da Educação, uma posição política. O Estado pode promover uma Educação pública democrática ou autoritária, emancipadora ou não.

Com certeza, o Estado é uma arena em luta pela hegemonia de algumas concepções de nação, de país, de Educação. A Educação popular pode se tornar política pública, dependendo dessa correlação de forças. Ela não precisa ficar sempre como educação contra-hegemônica como é o caso hoje. O estado já fez isso, em 2012, quando aprovou a Política Nacional de Educação Popular em Saúde.

7. RETOMAR O SONHO INTERROMPIDO

Em 1963, com Paulo Freire, em Angicos (RN), nascia um sonho possível, o sonho de construir uma nação com base numa Educação emancipadora. Mais do que um projeto de alfabetização, tratava-se

de um projeto de nação. O sonho foi interrompido em 1964 com a extinção do Programa Nacional de Alfabetização. O processo coletivo de construção de uma política nacional de Educação popular de jovens e adultos pode fortalecer a retomada desse sonho.

Como estratégia de luta, devemos continuar a formação de núcleos, centros de Educação popular, e formar educadores populares. As novas gerações têm grande potencial de comunicação; a juventude é generosa, mas precisamos de novas linguagens, precisamos valorizar, respeitar e conviver com novas formas de mobilização dos jovens. Não se trata de abandonar as antigas (e sempre atuais) bandeiras, mas de torná-las mais visíveis, mais atrativas, conectadas aos desafios atuais. Nosso discurso, nossa causa, não pode afastar os jovens. Nossas antigas e ainda atuais *bandeiras* precisam ser valorizadas, retomadas historicamente, atualizadas numa sociedade de redes e de movimentos, impregnada pelas Tecnologias da Informação.

Enfim, *não podemos perder nosso discurso*. A tentação é abandoná-lo por falta de ouvintes dentro e fora do governo. O rumo já foi dado por Paulo Freire no passado: “estar dentro e fora do Estado”. Não dá para ficar só “fora”, na crítica externa – política ou acadêmica –, embora essa crítica seja também muito importante. A crítica de fora exerce um papel importante para mudar o dentro. Isso foi reconhecido por Lula no governo: acolhia a crítica dizendo que sem essa pressão de fora não conseguiria certos avanços dentro. Sem a luta de fora, muitas lutas de dentro não seriam viáveis. Mas a luta no interior do Estado é imprescindível.

Paulo Freire foi declarado patrono da Educação brasileira, mas seu *ethos pedagógico* ainda está longe da política educacional. Essas efêmerides nos animam a propor uma política nacional de Educação popular, pois ela está de acordo com esse novo *ethos*. Angicos representa um convite a um novo pacto social, em que a Educação, exercida de comum acordo com os movimentos sociais e a sociedade civil, torna

o *Estado um instrumento de transformação social*, um instrumento de gestão do desenvolvimento, um instrumento de luta contra a opressão, um instrumento de libertação, e não, simplesmente, de regulação e de governança da ação social, como querem os neoliberais.

A causa de Paulo Freire precisa ser completada por nós todos e todas. Ela só será completada quando o Brasil estiver livre do analfabetismo. Mais de 36 milhões de brasileiros já superaram a pobreza nos últimos dez anos. Foi dada prioridade a crianças e jovens, mas, para que essas crianças e jovens tenham realmente um futuro mais feliz, precisam do apoio da família, da Educação dos seus pais e familiares, precisam da EJA. As crianças e jovens não vão sair da miséria sozinho. Precisam dos adultos. É a família como um todo que precisa sair da miséria, e a miséria está associada ao analfabetismo. É irmã gêmea do analfabetismo. Por isso não podemos nem devemos separar a Educação de crianças e jovens da Educação de adultos. Seria um grave equívoco, comprometendo a construção do país que queremos, justo, produtivo e sustentável.

O que falta para eliminarmos o analfabetismo no Brasil?

Falta, principalmente, vontade política e planejamento. Vontade política não só dos governos, mas também da sociedade. A vontade política dos governos depende muito da organização e da pressão da sociedade. Direitos são conquistas, não doações.

Trata-se de decidir se queremos fazer política para as *pessoas* ou somente para as *coisas*. E trata-se, ainda, não só de alfabetizar jovens e adultos, mas de inseri-los num sistema educacional que os acolha e não que os expulse novamente. Os *sistemas de ensino* de hoje não estão preparados para receber alunos egressos dos cursos de alfabetização de adultos. São necessários programas especiais para jovens, adultos e idosos, em um sistema educacional realmente popular e democrático – isso, no âmbito da federação, dos estados e dos municípios, em regime de colaboração e de uma gestão participativa.

Creio que, até agora, os governos não levaram a sério esse desafio. Bastaria mapear, com mais precisão, onde estão e quem são os analfabetos, fazer um cadastro único, como foi feito com o Bolsa Família, e oferecer a todos a oportunidade de se alfabetizar.

Mas falta, ainda, retomar o diálogo com a sociedade. Fazer uma aliança Estado e sociedade civil organizada. Será preciso articular e potencializar tudo o que já existe nesse campo. Existem numerosas iniciativas sociais e populares que foram sistematicamente ignoradas. Falta planejamento governamental para mapear e colocar em rede essa enorme força social até agora desperdiçada e desconsiderada pelos governos. Falta retomar o diálogo e definir, de uma vez por todas, o marco regulatório das organizações não governamentais, para que estas possam retomar seu importante papel histórico na luta pelo fim do analfabetismo no país. Precisamos convocar e reunir a força que temos fora do sistema regular de ensino.

O governo federal precisa criar uma política nacional de alfabetização com planejamento, com planos concretos, com mobilização nacional, com monitoramento, com metas e prazos precisos, e não apenas programas isolados, que, na maioria das vezes, não dialogam entre si e pouco com outros programas do próprio governo. Estados e municípios podem fazer o mesmo: construir seus pactos pela universalização da alfabetização. E será preciso envolver a sociedade. Pactuar com a sociedade. Nada justifica excluir milhões de analfabetos do direito fundamental de ter acesso à Educação.

REFERÊNCIAS

- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular: um estudo sobre a educação de adultos*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Política e educação popular; a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil*. São Paulo: Ática, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A questão política da Educação Popular*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “Um plano popular de educação”. In: DAMASCENO, Alberto e outros. *A educação como ato político partidário*. São Paulo: Cortez, 1988.
- BRASIL, Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.
- BRASIL/MDS/RECID. *Projeto político-pedagógico*. Brasília: MS/SEDH/Recid, 2008.
- BRASIL/MEC/CNE/CBE. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Parecer 11/200, aprovado em 10.05.2000. Parecer 11/2000 de Carlos Roberto Jamil Cury, 2000.
- CARVALHO, Gilberto. *Participação social como método de governo: um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais*. Brasília: Funag, 2012.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Por um sistema nacional de educação*. São Paulo: Fundação Santillana/Moderna, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Ação cultural para a liberdade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- FREIRE, Paulo. “A alfabetização de adultos: é ela um quefazer neutro?” In: Revista *Educação & Sociedade*, Campinas: Unicamp/ Cortez & Moraes, ano I, n° 1, pp. 64-70, setembro de 1978.
- _____. *Educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- FURTER, Pierre. *Educação e vida: contribuição à definição da educação permanente*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- GADOTTI, Moacir. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- _____; TORRES, Carlos Alberto. *Estado e Educação Popular na América Latina*. Campinas: Papyrus, 1992.
- _____. *Educação Popular: utopia latino-americana*. São Paulo: Cortez/Edusp, 1994.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 2009.
- HECK, Selvino; PONTUAL, Pedro, 2012. “Pé dentro, pé fora: a experiência brasileira”. In: Revista *La Piragua*, Lima: Ceal, n° 37, pp. 90-99, agosto de 2012.
- HECK, Selvino. *Reunir nós e milhões*. Brasília: Recid. In: www.adital.org.br. Acesso em 23 de junho de 2013.
- JARA H., Oscar. *A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis*. Brasília: Contag, 2012.
- OXENHAM, J.; AOKI, A.. *Including the 900 million*. Washington: The World Bank, 2000.
- PADILHA, Paulo Roberto. *Educar em todos os cantos: reflexões e canções por uma educação intertranscultural*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
- PONTUAL, Pedro. “Educación Popular y democratización de las estructuras políticas y espacios públicos”. In: Revista *Piragua*, Lima: Ceal, n° 20, 2004.
- PONTUAL, Pedro. *Educação Popular como Política Pública*. Brasília: Recid, 2011.
- RECID. *Vamos lá fazer o que será*. Brasília: Recid/MDS, 2006.
- TORRES, Rosa Maria (Org.). *Educação Popular: um encontro com Paulo Freire*. São Paulo: Loyola, 1987.
- VALE, Ana Maria do. *Educação Popular na escola pública*. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

VIEIRA PINTO, Álvaro. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1994.

Esta publicação foi composta na fonte Garamond e impressa em janeiro de 2014
pela EGB – Editora Gráfica Bernardi Ltda., em papel offset 90g/m².

No Brasil foi dada prioridade à Educação das crianças por meio de um pacto nacional. A medida é acertada e justa. No entanto, para que essas crianças e jovens tenham realmente um futuro melhor, elas devem contar com um oportuno e efetivo apoio de suas famílias. E esse apoio envolve a Educação de seus pais e familiares. Em todo o Brasil nossas crianças e jovens não lograrão uma vida mais livre, participativa, consciente e feliz sozinhos. Precisam dos adultos. É a família como um todo que precisa libertar-se do precário das condições de suas vidas, libertando-se, de forma definitiva e consistente, do analfabetismo. Não podemos nem devemos separar a Educação de crianças e jovens da Educação de adultos. Seria um grave equívoco, e esse equívoco compromete a construção do País que queremos. Um País construído como uma sociedade justa, inclusiva, solidariamente produtiva e sustentável. Precisamos de um pacto pela eliminação do analfabetismo de jovens, adultos e idosos. São essas as ideias defendidas pelo educador **Moacir Gadotti** neste livro.

